

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**ATA NÚMERO 7
SESSÃO ORDINÁRIA DE 28 DE JUNHO DE 2014
PRIMEIRA REUNIÃO**

Aos vinte e oito dias do mês de Junho do ano de dois mil e catorze, reuniu, em sessão ordinária, pelas nove horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Amarante, a Assembleia Municipal de Amarante.

A Mesa da Assembleia Municipal foi constituída por: Dr. Armindo José da Cunha Abreu, Dr. Hélder José Magalhães Ferreira e Eng^a Joana Filipa Seixas Magalhães, respetivamente Presidente e Secretários.

A Câmara Municipal fez-se representar por: Dr. José Luís Gaspar Jorge, Dr. António José Cerqueira Dinis Mesquita, Prof. Dr. Jorge José Magalhães Mendes, Dr. Raimundo Magalhães Carvalho, Dr. Pedro Manuel Barros Pereira, Dra. Maria do Rosário de Magalhães Loureiro, senhor André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães e o senhor Carlos Gonçalo Teixeira Pereira respetivamente, Presidente da Câmara e Vereadores.

Feita a chamada verificou-se que estavam presentes os senhores:

Armindo José da Cunha Abreu, Luís Rua Van Zeller de Macedo, Eduardo Jorge Medeiros Pinto, António Ferreira Soares Araújo, **Sílvia Manuela Ferreira da Mota**, Octávia Manuel Clemente, Maria José Castelo Branco, Hélder José Magalhães Ferreira, Fernando José Moura e Silva, Flávia de Fátima Ribeiro Queirós, Hugo Miguel Costa Carvalho, Estefanio Cirilo Sousa Pinto, Sara Luísa Magalhães Maia, Maria Helena Teixeira Ribeiro Portela, José Joaquim Magalhães Teixeira, **Joaquim Augusto Teixeira**, Fernando Miguel Sousa Cardoso, António Manuel Magalhães Pinto Tomás, Joana Filipa Seixas Magalhães, Ana Rita Brochado Batista, Hugo Jorge Carvalho Peixoto, **Rui Miguel Ferreira Borges**, Carlos Marques da Silva Macedo, Manuel da Silva Pinheiro, Vítor Manuel Briga Rei e Américo Paulo da Silva Ribeiro.

Estavam também presentes os Presidentes de Junta de Freguesia de:

ANSIÃES – António Fonseca Brandão
CANDEMIL – Manuel Fernando Coelho
FREGIM – Sandra Castro Fraga
FRIDÃO – Cristina da Conceição Marinho Gonçalves de Queirós
GONDAR – Hugo Luís Teixeira Vaz
GOUVEIA S. SIMÃO – Liliana Ribeiro
JAZENTE – Carlos Alberto da Rocha Oliveira
LOMBA – José Sidónio Oliveira Fonseca Pinto de Vasconcelos
LOUREDO – Alípio Teixeira
LUFREI – Jorge Francisco Azevedo Pinto
MANCELOS – Carlos César Carvalho
PADRONELO – Faltou
REBORDELO – Cláudia Daniela Mota e Silva
SALVADOR – António Gomes Pinheiro

TELÕES – Domingos Pinheiro, substituído por Ivone Sofia pinto ribeiro
TRAVANCA – José Machado Babo
VILA CAÍZ – Faltou
VILA CHÃ DO MARÃO – Fernando Carvalho Gonçalves
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE ABOADELA, SANCHE E VÁRZEA – Henrique Jorge Nunes Monteiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE S. GONÇALO, MADALENA, CEPELOS E GATÃO – Joaquim António Pinheiro
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE BUSTELO, CARNEIRO E CARVALHO DE REI – Carlos Alberto Pereira Gomes
UNIÃO DE FREGUESIAS DE FIGUEIRÓ SANTIAGO E FIGUEIRÓ STA. CRISTINA – Daniel Pinheiro, substituído por Fernando Teixeira Mendes
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE FREIXO DE CIMA E FREIXO DE BAIXO – Alfredo Teixeira Carvalho
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE OLO E CANADELO – Rui Manuel Costa Leite
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE REAL, ATAÍDE E OLIVEIRA – Lino Manuel dos Santos Macedo
UNIÃO DAS FREGUESIAS DE VILA GARCIA, ABOÍM E CHAPA – António Cândido Alves Pinheiro.

Pediram ainda a substituição e justificaram a respetiva falta os senhores deputados: Carlos António da Silva Carvalho e Alexandra Matias, Maria Lúcia Barbosa Coutinho, Domingos Teixeira Pinheiro e Daniel Pinheiro

Feita a chamada e verificada a existência de quórum foi então dado início aos trabalhos.

Passou-se de imediato à leitura e aprovação da ata da sessão anterior, a de 30 de Abril dois mil e catorze. Relativamente à referida ata, solicitaram alterações que foram de imediato efetuadas, os senhores: Armindo José da Cunha Abreu, Joaquim Teixeira, António Araújo, Octávia Clemente, Fernando Moura e Silva, Hugo Peixoto, Octávia Clemente e os senhores Vereadores Lucinda Fonseca e André Magalhães. Nesta altura, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, solicitou, a exemplo do já havia feito na reunião anterior que sempre que queiram efetuar alterações as tragam por escrito. De seguida pôs à votação a ata. Apurou-se o seguinte resultado: **Aprovada por: 02 votos contra; 09 abstenções, 36 votos a favor.** O senhor deputado Luis Van Zeller de Macedo fez uma declaração de voto, dizendo que votou contra, "...porque efetivamente todos constatamos que as atas não reproduzem minimamente o que se passa nas reuniões. Isto já ultrapassou todos os limites. Por essa razão votarei contra e se voltar a acontecer, votarei novamente contra".

De seguida, o senhor Presidente da Assembleia deu continuidade aos trabalhos com a leitura da correspondência recebida até à data da realização da reunião.

Deu entretanto entrada na mesa um VOTO DE PESAR, em memória do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, o senhor Joaquim Cândido Leite Moreira, subscrito por todos os líderes com assento na Assembleia Municipal, lido pelo senhor Presidente da Assembleia e que a seguir se transcreve:

Voto de pesar

Ontem, fomos confrontados com o falecimento do Prof. Cândido Moreira, deputado desta Assembleia, Presidente da ANAFRE (Associação Nacional de Freguesias), Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, militante e destacado dirigente do Partido Socialista.

Deixa-nos cedo, com apenas 59 anos, a maioria dos quais sempre dedicados à vida pública e à vida associativa.



2

Professor do 2.º ciclo de profissão, Pós -Graduado em Administração e Planificação da Educação, Mestre em Administração e Planificação da Educação, desempenhou vários cargos pedagógicos dos quais destacamos:

Presidente da Comissão Instaladora na Escola Preparatória de Tarouca; Presidente do Conselho Administrativo na Escola Preparatória de Amarante; Coordenador dos Diretores de Turma na Escola Preparatória de Amarante; Representante do Grupo de Educação Tecnológica na Escola Preparatória de Amarante e de Presidente da Assembleia de Escola na EB2,3 de Amarante.

Destacou-se também pela sua dedicação a vários movimentos associativos, tendo pertencido e exercido diversos cargos em várias associações e coletividades quer da sua freguesia, quer deste concelho de Amarante.

Mas foi a dedicação e a forma empenhada como se dedicou ao Poder local, a sua maior causa e aquela que lhe trouxe notoriedade e reconhecimento quer em Amarante, quer em todo o país. Destacou-se como uma das vozes mais activas na defesa dos interesses dos autarcas locais, tendo estado na génese da fundação da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), onde durante vários anos desempenhou o cargo de vice-presidente e desde fevereiro era seu Presidente.

Foi Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, tendo depois assumido o cargo de Presidente dessa Assembleia. Desde Outubro do ano passado era novamente Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo.

Quem, como nós, teve a oportunidade de com ele privar, lembrá-lo-á sempre como um Homem do Poder local, Homem de causas e convicções, combativo e que sempre lutou pela defesa intransigente das freguesias.

Militante do Partido Socialista, desempenhou ao longo dos anos, vários cargos nas estruturas concelhias, regionais e nacionais do Partido Socialista, sendo atualmente membro da Comissão Política Concelhia, do Secretariado concelhio e Presidente da Assembleia de Militantes de Amarante.

Homem de princípios e de valores desempenhou todos os cargos com uma dedicação notável à causa pública. Socialista convicto, Cândido Moreira enfrentou sempre com uma coragem inextinguível todos os desafios que se lhe foram colocando. Mesmo nos momentos mais difíceis, designadamente nestes últimos meses em que os sinais da doença que o vitimou eram mais visíveis, não baixou os braços, continuou a lutar e acreditar que era mais forte do que a doença, que a conseguia vencer, com uma força, coragem e entusiasmo que não deixava ninguém insensível.

Ainda assim, manteve todas as suas funções, e nunca deixou de lutar pelos seus ideais, pela sua freguesia, pelo Poder Local.

A sua morte é uma perda relevante para Padronelo, para Amarante, para o PS e para o poder local.

Pela sua generosidade, pelo empenho e dedicação que colocou ao serviço das causas que abraçou, pela qualidade da sua intervenção cívica e política, a Assembleia Municipal de Amarante delibera:

- manifestar o mais profundo pesar pelo seu desaparecimento;
- apresentar à família enlutada sentidas condolências; e
- guardar em sua memória um minuto de silêncio."

Terminada a leitura, foi perguntado pelo senhor Presidente da Assembleia se alguém queria usar da palavra relativamente a este voto de pesar. Como ninguém manifestou essa intenção, passou-se de imediato à votação do mesmo, tendo este sido aprovado por Unanimidade. Tendo sido guardado a seguir um minuto de silêncio.

PERIODO DA ANTES DA ORDEM DO DIA

Neste ponto, o senhor **PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA**, cedeu o seu lugar na Mesa ao seu Primeiro Secretário Hélder Ferreira, cumprindo assim aquilo que havia



3

referido na última Assembleia Municipal. Ou seja, participar neste ponto da discussão política nas mesmas condições dos restantes membros da Assembleia Municipal.

Assim, na qualidade de orador, fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

"Confesso que a intervenção do Dr. Araújo no período de antes da ordem do dia da última assembleia municipal me irritou, não no que ela contém de crítica negativa à atuação da Câmara sob a minha presidência, mas na crítica política superficial e demagógica, sem um mínimo cuidado de rigor e de seriedade, que em nada contribuiu para o esclarecimento público e para a cidadania..

E o Dr. Araújo tem especiais responsabilidades, dado o papel que se atribui de defesa da atual gestão autárquica e do estatuto de que goza na sociedade amarantina.

Se o Dr. Araújo não se preocupa em transmitir um discurso de seriedade e de rigor e de fazer uma defesa crítica e séria da atual administração autárquica, é um problema seu, que, porventura, deixará satisfeita a oposição. O problema é que tem a obrigação de contribuir para um debate esclarecedor e potenciador do espírito crítico de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Vamos aos factos:

Confrontado com a tomada de posição do PS, pelas vozes dos senhores deputados municipais José Joaquim Teixeira e José de Freitas Ribeiro, motivada pela publicação da portaria nº. 82/2014, de 10 de Abril, e pela visita ao concelho de uma representação nacional e distrital do setor da saúde do PS, o Dr. Araújo, em vez de se preocupar com a razão, ou sem razão, de tais intervenções, resolveu-se pela fuga em frente, acusando o PS e a mim próprio de termos sido coniventes com o governo, pela perda da maternidade e de outras valências do Hospital de S. Gonçalo – desvalorizando a construção do novo hospital – e o Dr. Álvaro Beleza pela falta de médicos no Centro de Saúde de Amarante e nas suas extensões, imputando-lhe responsabilidades políticas que nunca teve, ao mesmo tempo que elogiava, enfaticamente, a atuação do Dr. José Luís Gaspar, que, segundo ele e sem especificar, sempre esteve na primeira linha da defesa do hospital e de todos os interesses de Amarante, nomeadamente no que ao novo mapa judiciário diz respeito. Utilizou um modo de expressão no discurso político que os franceses caracterizam na fórmula "langue de bois" e que consiste na dissimulação da incompetência ou reticência em abordar um assunto, proclamando banalidades e generalidades, ou fazendo mais apelo aos sentimentos que aos factos.

Conhece-se o mal-estar do PSD, agora que está no poder, quando confrontado com a possibilidade da perda de serviços, porque, na oposição, era esse o seu argumento para, pomposamente, afirmar que "Amarante parou no tempo", responsabilizando o poder autárquico pelo resultado da políticas nacionais, quando, aparentemente prejudicavam Amarante e os amarantinos.

Senhor Dr. Araújo, chegou o tempo de o PSD mostrar o que vale, e valerá pouco se gastar as suas energias e o seu tempo a criticar e a justificar-se com o passado. Mas, se foi esse o caminho que escolheu na última Assembleia Municipal, convido-o a responder-me às seguintes questões:

1ª.- Entende que as políticas nacionais devem ser determinadas pelos interesses políticos circunstanciais autárquicos?

Sobre a maternidade:

2ª. - Aquando do seu encerramento, o número anual de partos atingia o limite mínimo definido pela OMS como necessário para o treino das equipas médicas e de enfermagem, de modo a garantirem as condições de segurança das parturientes e dos seus bebés, em situações críticas ?

3ª.- A maternidade do Hospital de S. Gonçalo dispunha de alguma unidade de cuidados intensivos, também neonatais?

4ª.- As equipas médicas que assistiam os partos tinham as competências funcionais recomendadas pela OMS?



5ª.- Que acontecia quando, no decurso do parto, surgiam complicações para as quais o hospital não tinha resposta?

6ª. - Conhece alguma situação em que o governo tenha recuado no seu propósito de encerramento de blocos de partos?

7ª. - Que "lucraram" as autarquias que se opuseram até ao fim ao encerramento? Quanto ao novo hospital

8ª. - Que valências oferece aos utentes que o anterior não oferecia?

Independentemente das respostas a estas perguntas, recorde-lhe a posição do PSD/Amarante, na altura presidido pelo Engº. Alberto Sampaio e pelo Dr. Abel Afonso, quando se começou a discutir a reprogramação funcional do Hospital de S. Gonçalo. Escreveu em 25.7.2006 o seguinte:"..."Ora, face às condições e às limitações atuais, a única solução possível é a construção de um hospital novo, a exemplo do que vai acontecer em Lamego, um caso a todos os títulos similar ao de Amarante."

Quanto ao novo mapa judiciário:

Quem tem falta de memória é o senhor deputado. O que irá entrar em vigor no próximo dia 1 de Setembro resulta de uma alteração profunda do modelo aprovado no governo de José Sócrates, com claro prejuízo para Amarante e para os agentes da justiça em particular.

Com a reforma que estava aprovada pelo PS e já a ser testada em duas comarcas experimentais, as secções centrais da região do Tâmega e Sousa – toda a região, na lógica territorial das NUT III – sedear-se-iam em Amarante e Penafiel. Com este governo, resta-nos um tribunal de pequena instância, com a Secção Central do Comércio. Não se trata, pois, de uma conquista, mas de uma perda. A solução final é um mal menor, negociada com a delegação da Ordem dos Advogados, depois de me terem convidado para contestar na rua , antes das últimas eleições autárquicas.

Volto-me agora para o Senhor Presidente da Câmara, com toda a simpatia e respeito mas, em abono da verdade, devo dizer-lhe que as considerações que fez relativamente as estas duas matérias foram, no mínimo, patéticas.

Em primeiro lugar e quanto ao hospital, confundiu, julgo que de propósito, duas questões, o que não contribui para uma discussão esclarecida sobre a saúde em Amarante, a saber: tratou como sendo uma e a mesma coisa a necessidade, ou não, de um novo hospital em Amarante e da sua reprogramação funcional e a dos centros hospitalares, realidade esta que se impôs a todo o país num momento posterior àquela discussão.

Utilizando também o discurso da "langue de bois" e de indicador em riste, para tentar ser mais persuasivo, limitou-se a desdenhar das visita de trabalho a um hospital de proximidade na Andaluzia e a afirmar que a questão do novo hospital de Amarante é uma fraude, sem especificar no que ela consistiu, e a fazer a proclamação de que esteve, está e estará na primeira linha da defesa dos interesses de Amarante.

Pergunto-lhe Senhor Presidente da Câmara:

1 – Acha que é ouvido nas questões da saúde em Amarante? Se sim, como explica que tenha sabido pelos vereadores do PS da possibilidade da perda de valências do Centro Hospitalar do Tâmega e Sousa, antes da publicação da portaria 82/2014 e que dela fosse previamente informado, pelo menos um colega seu do Vale do Sousa .

2 – Concorda, ou não, com o modelo dos hospitais de proximidade? O senhor Engº. Luis Ramos, que integrou a comitiva que visitou um desses hospitais na Andaluzia (Sierra Segura), concordava e, ao que suponho, ficou muito bem impressionado com a visita que fizemos.

Lembra-se onde foi escrito isto sobre o velho Hospital de S. Gonçalo : "Há duas opções distintas:

1 – A construção de um edifício de raiz fundamentalmente vocacionado para o ambulatório, com uma redução significativa de camas, mas moderno e funcional de modo a responder como Hospital de Proximidade, e com amplo desenvolvimento da cirurgia de ambulatório, programada e sem lista de espera; 2- A outra, será manter a

situação atual, instalada num antigo quartel de cavalaria e pertença da Santa Casa da Misericórdia. Dada a situação obsoleta das suas instalações, teremos, a curto e médio prazo, de fazer grandes investimentos de reestruturação, continuando a ser pertença da Santa Casa da Misericórdia. Os custos decorrentes e de manutenção manter-se-ão elevados e será apenas o adiar dos problemas.”?

3 – Já se deu ao cuidado de avaliar a prestação do novo hospital, pelo método comparativo, quer quanto à quantidade, quer quanto à qualidade?

4- A medicina interna tem hoje maior, ou menor qualidade?

5- Sabendo-se que valências perdeu, sabe as que ganhou?

6- Tendo capacidade para tal, quais seriam as consequências, agora em termos de Sistema Nacional e Saúde, se os novos contratos-programa com os hospitais da rede pública permitissem um aumento substancial na produção dos serviços médicos?

7 – Quais seriam as consequências do SNS aproveitar integralmente a capacidade instalada na rede pública, no que diz respeito, por exemplo, às análises clínicas e à radiologia?

8- Tem conhecimento de que colegas seus do Vale do Sousa se têm movimentado no sentido da cirurgia de ambulatório do TS não se concentrar no Hospital de S. Gonçalo?

9 – Finalmente, sabe se já houve mais algum desenvolvimento quanto à nova classificação hospitalar da rede pública, após a publicação da portaria nº.82/2014, de 10 de Abril?”

Usou de seguida a palavra o senhor deputado **ANTÓNIO ARAÚJO**, que usando a figura regimental do direito de resposta, começou por agradecer ao orador anterior a deferência que teve para com ele, dignando-se baixar do seu cargo para lhe vir responder a uma sua intervenção proferida na reunião de 30 de Abril último. Disse a seguir não perceber porque é que o Dr. Armindo Abreu se irritou tanto. Limitou-se a ler parte do artigo que vinha no Jornal Público. Alguma vez o Dr. Armindo Abreu desmentiu esse artigo? Alguma vez se insurgiu contra esse artigo? Pensei que viesse aqui desmenti-lo. Agora, vem aqui falar, desculpe que lhe diga, em vacuidades.

Então só agora é que o Dr. Armindo se lembra de fazer as perguntas que fez? O senhor alguma vez as fez a quem de direito? Alguma vez resolveu alguma coisa? Agora que o PSD está no poder há oito meses é que o senhor se lembra disto? Que é que andou a fazer durante 24 anos. Tantas perguntas que tinha para fazer, mas foi guardá-las todas para agora?

Continuou a intervenção para dizer que não aceita lições de seriedade nem de rigor de ninguém. Tem pautado a sua vida sempre por esses valores. Felizmente pode andar de cabeça levantada. Mas já que o senhor Presidente não desmentiu o artigo, vai lê-lo novamente: - Público de 27 de Junho de 2006 - “o Presidente da Câmara de Amarante, Armindo Abreu, aceitou hoje o encerramento do bloco de partos do Hospital local em troca da continuação e requalificação da unidade, garantida pelo Ministro da Saúde Correia de Campos. Armindo Abreu afirmou que o Hospital de S. Gonçalo vai continuar a requalificar-se, mantendo a urgência médico-cirúrgica e esperando-se até 15 de setembro a reprogramação funcional. A decisão de encerrar o bloco de partos do Hospital, contestada pela população, foi aceite pelo autarca socialista que - entende que os interesses da população de Amarante estão salvaguardados -. Armindo Abreu considera que apesar de terem sido gastos 800.000 euros na maternidade, o investimento não está perdido, uma vez que o bloco tem camas e equipamento que poderão ser utilizados para outros fins. No Hospital S. Gonçalo as urgências médico-cirúrgicas continuarão abertas, mas reduzidas de funcionamento permanente, num horário entre as 8 e as 22 horas. Para Armindo Abreu, esse modelo é satisfatório, uma vez que o volume de operações realizadas naquele serviço não justificam o seu funcionamento permanente.

Portanto, quando muito devia ter desmentido aquele artigo ou então ter-se insurgido contra ele.



Mas há mais: Num artigo da Lusa de 17/08/2009, que refere a vinda a Amarante do senhor Primeiro Ministro José Sócrates, que até "...reconheceu em Amarante que ainda não é o fim da crise". Continuou com a leitura do artigo dizendo que José Sócrates falava na cerimónia de lançamento do novo Hospital de Amarante. Estou a ler um artigo, não são palavras minhas. A notícia a dada altura diz: "perante o investimento apresentado, o Presidente da Câmara de Amarante, Armindo Abreu, disse sentir-se lisonjeado por ter sido assobiado em 2006, quando da manifestação do encerramento da maternidade local".

No Jornal de Noticias de 9 de janeiro de 2007, disse ainda que "o Hospital de Amarante fica pronto em novembro de 2010. A população de Amarante vai ter um novo Hospital especializado em ambulatório, isto se o cronograma for cumprido".

Nessa mesma altura o Ministro Correia de Campos disse também que "...corria o risco de ser atirado abaixo da ponte de S. Gonçalo ou então de ser enforcado, agora que parece que os enforcamentos estão na moda, a propósito da contestação de que foi alvo quando foi encerrada a maternidade".

Continuou com a leitura do artigo: "O autarca de Amarante, Armindo Abreu, respirou de alívio com os elogios à sua persistência. O Ministro não confirmou no entanto a manutenção do serviço de urgência no novo Hospital. O que está acordado é manter a urgência médico-cirúrgica até às 22 horas. Esse compromisso poderá manter-se até à construção do novo Hospital. Mas se for desnecessário, para quê manter um compromisso só porque está assinado?" Será uma decisão que caberá à administração. O Grande Hospital será o Padre Américo, ficando o de S. Gonçalo com o ambulatório e Lousada com os cuidados continuados".

Em 11 de dezembro de 2008, e também como noticia da Lusa, ficou a saber-se que a Ministra da Saúde, Dra. Ana Jorge "agradeceu ao Presidente da Câmara Armindo Abreu e à população local por terem percebido que a mudança com a reestruturação dos serviços no Hospital de S. Gonçalo e a sua ida para Penafiel, resultou numa melhoria e numa maior qualidade. O autarca reconheceu que o Ministério da saúde tem cumprido e honrado todos os compromissos assumidos, mas mantém a reivindicação de que o novo Hospital tenha uma urgência básica com apoio cirúrgico até às 22 horas como consta do protocolo assinado em 2006. Questionado pela jornalista, Ana Jorge não se comprometeu com essa exigência do autarca de Amarante, uma vez que os apoios cirúrgicos devem estar o mais concentrados possível, porque o número de cirurgias que é necessário fazer é muito pequeno. Para termos bons cuidados cirúrgicos e a população tenha segurança temos de os concentrar". Esta era a linha de defesa dos interesses de Amarante.

Numa entrevista ao Tâmega Jornal em 24 de janeiro de 2008, e à pergunta do jornalista "Não acha que pelo facto da Câmara não se ter oposto ao fecho a maternidade e à redução das competências da urgência do Hospital, isso não possa vir a ter reflexos nas próximas eleições"? O senhor Presidente da Câmara respondeu: "Pelo contrário. Desde que seja cumprido o acordo e os compromissos do Ministério da Saúde com Amarante, nomeadamente com as consultas da especialidade que tanta falta fazem, o importante é que o Hospital dê uma resposta à maior procura e atue com eficácia. E é por isso que concordo com o encerramento das Maternidades que não tenham condições".

Continuou esta sua intervenção referindo-se ainda a um voto de protesto apresentado na reunião de Câmara de 30 de Junho de 2008, contra o encerramento dos serviços de pediatria, subscrito na altura pelo senhor Vereador Amadeu Magalhães. Discutido e posto à votação, foi o mesmo aprovado com duas abstenções dos membros do PS; uma do Dr. Armindo Abreu, outra da senhora vereadora Octávia Clemente. Fizeram uma declaração de voto onde diziam que "Abstivemo-nos porque não concordamos com os considerandos do voto de protesto. Tendo-se concordado com a reprogramação funcional do Hospital de S. Gonçalo não faz qualquer sentido dizer-se o que quer que seja contra essa reprogramação. Não faz sentido, quando se

concorda com o encerramento da maternidade. O que faz sentido é agir para que sejam implementados os novos serviços. Como na reprogramação, o Hospital mantém o serviço de pediatria é evidente que o PS se opõe frontalmente contra o encerramento ou suspensão desse mesmo serviço". Sabem o que aconteceu? Eu sei e vocês também!

Continuou dizendo que ainda podia falar numa reunião de 22 de dezembro de 2007 em que o Dr. Armindo Abreu referiu (quanto aos funcionários transferidos do Hospital de S. Gonçalo), disse "Tenho conhecimento que essa deslocação foi feita por negociação. Ninguém ficou desempregado e julgo que não vai ficar. A população ficou melhor servida, uma vez que os equipamentos tecnológicos do Vale do Sousa são muito melhores". Mas será que ficou melhor servida?

Há neste processo culpas. Culpas essas do Governo do Partido Socialista mas também do Executivo camarário.

Relativamente às respostas às perguntas que o Dr. Armindo agora faz, devia tê-las feito a quem de direito. Não será este o fórum adequado. Mas se for o caso, serão respondidas oportunamente. Como sabe, foi o PSD que sempre esteve na frente contra o encerramento da Maternidade. O senhor apenas se juntou a destempo. Como se sabe, foi o PSD, nomeadamente o atual Presidente da Câmara que foi sempre alertando para esta situação do Hospital. O senhor, é verdade, começou a falar no final do consulado do engenheiro José Sócrates e agora que entrou um novo Governo.

Terminou a sua intervenção falando ainda no novo Mapa Judiciário, lembrando que o senhor Dr. Armindo Abreu em nada trabalhou para o melhorar. Quem trabalhou nele foi a senhora Vereadora Dra. Octávia Clemente. O mérito do que aconteceu (para minimizar a situação para Amarante) é dos advogados de Amarante. Aliás, quando uma delegação dos advogados de Amarante foi falar com a senhora Ministra da Justiça, no dia anterior o senhor Presidente da Câmara recebeu-nos a "correr". Era essa a importância que o senhor dava ao Mapa Judiciário? Sabe que não concordo com o Mapa Judiciário. Não pode vir para a Assembleia Municipal fazer afirmações capciosas e de reserva mental.

O PSD e ele próprio nunca concordaram com o novo Mapa Judiciário. Ao contrário daquilo que o PS fez, nalgumas situações, o PSD sempre esteve na linha da frente na defesa dos interesses de Amarante, independentemente do partido no Governo.

Nesta altura, o senhor deputado **JOAQUIM AUGUSTO TEIXEIRA, DO PSD**, usou da palavra para perguntar quanto tempo gastou o senhor Presidente da Assembleia na sua intervenção. Foi-lhe respondido que usou 14 minutos do tempo do PS.

ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

No uso da palavra e invocando para isso a figura regimental do direito de resposta, o senhor Presidente da Assembleia disse que o senhor deputado António Araújo, relativamente ao que interessa, disse nada.

Continuou a intervenção esclarecendo o que era o discurso da "Língua de Madeira", ou também denominado "língua de pau". É um discurso que consiste na dissimulação de uma incompetência em abordar um assunto, proclamando banalidades e generalidades, ou fazendo mais apelo aos sentimentos do que aos factos. Disse-lhe ainda que não negava nada do que tinha dito aos jornais e hoje ainda o faz com mais orgulho.

Disse também que o que queria demonstrar ao Dr. Araújo e que ele não foi capaz de lhe responder, foi que na altura houve razões mais que suficientes para o encerramento da maternidade, se mais não fosse, pela defesa da saúde dos amarantinos. Quando se apercebeu que a maternidade não era aquilo que se dizia e quando se apercebeu que a maternidade não tinha as exigências da O.M.S. em



relação às equipas médicas e ao treino dessas mesmas equipas, quando se apercebeu que os equipamentos de suporte de uma maternidade a sério, com seriedade política tinha de ser a favor do encerramento da maternidade em Amarante. Em contrapartida o queria eram outros serviços que não vieram. Agora, o que o senhor Dr. Araújo julgava é que vinha para aqui negar tudo que disse. Não o fez e o que também disse foi que não foi de ânimo leve que contrariou as manifestações do senso comum.

Quanto ao mapa judiciário, disse também que até ficava muito contente que o Dr. Araújo tenha reconhecido que ele, enquanto Presidente da Câmara nada teve a ver com o mapa judiciário. "Não reclama méritos pessoais nenhuns".

Para o PS até é muito interessante que passem a vida a dizer mal em vez de andarem para a frente e fazer obra. O que o irrita, enquanto cidadão desta terra, é que o Dr. Araújo patrocine um discurso do senso comum e não tenha o rigor e a capacidade mínima para contribuir para uma sociedade critica e cidadã.

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

Invocando de novo a figura regimental do direito de resposta, o senhor deputado disse que o senhor Presidente da Assembleia veio com esta intervenção estragar tudo. "O senhor Presidente da Assembleia disse que foi contra e afinal esteve na manifestação. Então o que chama a este tipo de atitudes? Até podendo ter o tal discurso que referiu, não empurro os problemas, nem tenho o discurso de lavar as mãos como Pilatos e, já que o senhor falou em madeira, também não tenho o "discurso do eucalipto" que seca tudo à sua volta. Durante 24 anos nunca resolveram os problemas e querem que quem está no poder há 8 meses os resolva. No mapa judiciário o PSD esteve lá à frente". Quanto às obras, disse para o senhor Presidente da Assembleia não se preocupar porque na devida altura elas serão feitas.

"Quer que responda já a estas questões todas devidamente elaboradas? O senhor Presidente da Assembleia sabe perfeitamente que ele não lhas pode dar agora.

Para dizer o que disse hoje, já o podia ter dito quando o interpelei na última Assembleia. O senhor tem de repensar melhor as intervenções que faz".

FERNANDO MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, deu a conhecer os resultados do processo eleitoral ocorrido no passado dia 14, para a eleição dos elementos que passaram a constituir a concelhia do CDS/PP. Foram eleitos ele próprio como Presidente e como Vice-Presidentes o Engenheiro António Tomás e a senhora Dra. Cláudia Silva. Foi eleito ainda para Presidente do Plenário o Dr. Adriano Santos. Disse ainda que esta direção a exemplo das anteriores, continua disponível para desenvolver todos os entendimentos necessários para bem de Amarante, independentemente das convicções, cores políticas ou movimentos. Também estão disponíveis para reforçar a coligação na obtenção dos objetivos inscritos no programa eleitoral, mantendo a atitude critica quando necessário, mas sempre sobre a perspetiva solidária.

Referiu-se ainda ao encerramento das Escolas de Gondar, Jazente e Padronelo. Pensa que nestes casos, o senhor Presidente da Câmara teve uma intervenção ajustada à situação em causa. Os argumentos parecem-lhe corretos, uma vez que cumprem a futura revisão da Carta Educativa e ainda as vontades do Poder Central, condicionadas pela Troika.

Terminou a sua intervenção questionando o senhor Presidente da Câmara, acerca de um acampamento cigano que apareceu recentemente junto aos escritórios centrais da ex – Tabopan. Relembrou que em tempos já teve custos com realojamento de pessoas de etnia cigana. Julga que a Câmara e o proprietário do terreno devem tomar medidas, para que não surjam novos custos para o Município.

Terminou, referindo-se a um muro existente na Rampa Alta (EN 15) que necessita de obras urgentes e que está em eminente perigo. Solicitou que a Câmara



interceda neste caso e obrigue o proprietário a corrigir o problema, ou então que a Câmara execute a obra e envie ao proprietário os custos.

JOAQUIM TEIXEIRA – PSD

No uso da palavra, disse que o PS está muito preocupado com a obra que ainda não se fez. Mas basta que o PSD esteja na Câmara 12 anos, para conseguir fazer mais que foi feito nos 24 anos da gestão do PS.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSÉ LUIS GASPAR

No uso da palavra começou por dizer que “O Presidente da Assembleia Municipal decidiu abandonar o seu posto para matar saudades do seu registo trauliteiro.

Pois bem, Dr. Armindo Abreu, patético é o senhor não ser capaz de se controlar e vir para aqui assumir uma atitude de confronto com a Câmara, coisa que está longe de fazer parte das suas funções.

O senhor, enquanto Presidente da Assembleia Municipal, deve respeitar o peso institucional do lugar que ocupa.

É claro que tem o direito de defender a sua honra, mas limite-se a isso, que lhe fica mal vir aqui atacar a Câmara para daqui a minutos estar ali a assumir o papel de isenção que o cargo lhe impõe.

Controle-se, senhor Presidente da Assembleia Municipal de Amarante. Honre o lugar que ocupa e deixe o combate político para quem tem legitimidade para isso.

Ou então demita-se, e venha fazer política. As duas coisas são que não são compatíveis.

Continuou a intervenção, dizendo que não lhe vai responder a tudo mas que dentro do possível vai procurar esclarecer o que houver para esclarecer.

Referiu a seguir que soube ali que alguns dos senhores Vereadores que alguns serviços iam cessar no CHTS. Foi pena que na altura e momentos certos não tivessem falado preferindo esperar que “a bomba” rebentasse.

“Eu não estava informado. Era preferível que estivéssemos todos juntos na defesa dos supremos interesses de Amarante e não entrássemos em demagogia barata, do nós sabíamos mas não prevenimos para que eles ficassem mal”.

A minha indignação é total pois, não é assim que pauto a minha vida.

Desde que tomei posse não acabou nenhum serviço em Amarante e também não vamos perder os cuidados de saúde primários, Podemos até vir a perder algumas extensões de saúde, mas os cuidados de saúde primários não perderemos.

Como se sabe defendo um hospital de proximidade, defendo cirurgia de ambulatório, defendo melhores instalações.

O que não percebe é porque o anterior Presidente da Câmara sendo a favor do encerramento da maternidade, aparece na frente da manifestação. Foi o toque de algum telemóvel que o fez aparecer?

Enquanto Presidente de Câmara, pautar-se-á sempre por convicções e não por toques de telemóvel. Fará valer na política princípios éticos.

Na altura em que deviam ter lutado pela manutenção das valências, perderam-se ortopedia, obstetrícia e ginecologia, internamento de pediatria, cirurgia que agora é de ambulatório e psiquiatria. Acrescentou ainda que o equipamento que é comprado para o Hospital de S. Gonçalo era depois transferido para o Vale do Sousa. Em relação ao pessoal e em especial ao que drenou para o Vale do Sousa, disse que sempre alertou o anterior de Câmara para que tivesse cuidado com isso, pois era a ele que lhe competia intervir. Lembrou ainda, que uma delegação de funcionários do Hospital se dirigiu à Câmara para que fossem ajudados e ele nada fez.

Prosseguiu interrogando: “Que legitimidade tem para dizer que não tínhamos um bom serviço de maternidade? Nós tínhamos mais partos que Vila Real. No período de transição, com obras tivemos mil e cem partos. Dizer que não tínhamos uma equipa

capaz, havia uma excelente equipa, a melhor que se podia ter. Altamente profissional, não lhes faltava nada no curriculum. Agora o que o senhor não soube aqui dizer é que o segundo elemento que dava apoio ao obstetra era cirurgião. Não sabia isto nem nunca soube. Mais, tratando-se de um cirurgião, na eventualidade de qualquer incidente a resposta até seria superior”.

Disse depois não ter informação para responder se a cirurgia de ambulatório vai para Lousada. Vai verificar da veracidade da informação e na próxima reunião da Assembleia trará os esclarecimentos necessários.

Em relação à questão de fundo sempre defendeu duas posições: a construção de raiz de um novo hospital de proximidade, mas sempre com as valências básicas. Admitindo contudo, que pelo ocorrido, obstetrícia não constasse. Havia ainda um outro cenário (de que o anterior Presidente da Câmara tinha conhecimento) e que consistia em ampliar o antigo Hospital, inclusive tendo-se até falado na possibilidade da demolição do bairro Cancela de Abreu.

Concluiu dizendo “Continuo a defender o que sempre defendi”.

ARMINDO ABREU – PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

No uso da palavra começou por dizer que quem anteriormente esteve a usar da palavra foi o Armindo Abreu, deputado da Assembleia Municipal, sendo que o Presidente em exercício era na altura, Hélder Ferreira.

Disse depois que “...ficou contente pelo facto do senhor Presidente da Câmara ter ficado irritado, porque quando se afirma que o Presidente da Câmara esteve na primeira linha, vê-se que afinal não esteve em primeira linha nenhuma. Não esteve na primeira linha no mapa judiciário, não esteve na primeira linha na defesa do hospital, nem esteve na primeira linha em lado nenhum”.

Acrescentou depois que o que pretendeu foi “...esclarecer os senhores deputados que aquilo que disse e perguntou é relacionado com o que consta no relatório e contas do Hospital de S. Gonçalo SA nos anos de 2003, 2004 e nos dois seguintes”. Disse depois que na altura havia um grande consenso sobre a necessidade de construção de um novo hospital. “O senhor Presidente da Câmara mistura isto com outra coisa, que é a construção dos centros hospitalares. Não é sério confundir as duas questões. Sério é saber se fizemos ou não um bom acordo com o Ministério da Saúde para conquistar um novo hospital. Essa é a questão. A da empresarialização da saúde é outra”.

Continuou para dizer que o senhor Presidente da Câmara não respondeu a duas perguntas fundamentais: se os hospitais públicos ultrapassarem o contrato programa previamente acordado, quem paga o excesso da despesa é o próprio hospital. O estado não contrata programas. Contratualiza serviços. Perguntou-lhe então quais são as consequências destes contratos programa? Pois como se sabe, se a capacidade instalada na rede pública hospitalar for preenchida com serviços, sobretudo a medicina social deixa de ter espaço para atuar.

A outra pergunta era saber se o serviço nacional de saúde, aproveitando todos os recursos que tem, não fará com que os serviços privados fechem quase todos. Isto é para que compreendam o que é que muitas vezes está na base da crítica ao funcionamento dos hospitais. Há muitos interesses em jogo. Se quisermos fazer uma análise séria sobre a saúde, temos de nos juntar e pensar seriamente no que queremos para a saúde. Não podemos andar com slogans, nem a enganar as pessoas e muito menos a dizer que estamos no primeiro lugar da luta. Isso não é nada.

Terminou a intervenção, dizendo que já houve desenvolvimentos à portaria. Já saiu um nova portaria em 19 de Junho a 123/A que é a continuação da primeira e que diz também respeito à requalificação dos hospitais.

Quanto à novas valências, não vale a pena discutir, porque elas estão no site. Veja-se o que há agora e o que havia no velho hospital S. Gonçalo.



De seguida, usou da palavra o senhor Vereador **DINIS MESQUITA**, sob pretexto de defesa da honra. Disse que falava em nome do grupo dos Vereadores do PS para defesa da sua honra porque o senhor Presidente da Câmara os acusava de não serem sérios, quando numa reunião de Câmara de março ou abril, no período de antes da ordem do dia, questionou o senhor Presidente da Câmara se tinha conhecimento da intenção do Governo de encerrar alguns serviços no Centro Hospitalar? O senhor Presidente ficou admirado por pensar que estávamos a falar do Hospital de Amarante. Mas dissemos que não, que estávamos de facto a falar do CHTS. E o senhor Presidente respondeu que não tinha esse conhecimento mas que "...ia indagar".

Prosseguiu dizendo "A nossa seriedade, senhor Presidente, é que dissemos que tendo ouvido que isso se ia passar, e apesar de desconhecermos a legislação, alertamos o senhor Presidente para esse facto, porque cabe ao senhor Presidente defender os interesses dos Amarantinos, mas a nós, enquanto membros do órgão, também estamos lá para defender os Amarantinos. E todos estamos nessa defesa, disso não tenho dúvidas. A questão é que o senhor Presidente de Câmara não sabia quando nós falamos e também não diligenciou depois de nós falarmos. E por isso a nossa seriedade está à prova. Avisamos. Diferente seria, isso sim, se tendo tido conhecimento, embora superficial da situação, esperássemos pela saída de uma Portaria (que nem sequer sabíamos se era este ou outro tipo de diploma), e depois o confrontássemos e disséssemos, afinal o que é que o senhor fez?"

Terminou afirmando: "Nós avisamos muito antes, e daí, desculpe, senhor Presidente, que lhe diga, a nossa seriedade e o nosso comportamento não pode estar em causa".

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, começou por perguntar quantas vezes até hoje um Presidente da Assembleia veio à tribuna confrontar a Câmara. Que se lembre, até hoje, apenas o Dr. Armindo o fez. Não deve ser ele a fazer oposição à Câmara. "O seu papel não é esse, porque essa função cabe à bancada do Partido Socialista".

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que o senhor Presidente da Assembleia veio à bancada defender-se com todo o direito, até porque tinha sido visado na última Assembleia, e por isso era de todo legítimo usar da palavra para defender a sua honra. Disse depois que o PS tem orgulho, em todo o tempo em que foi ele Presidente de Câmara e ter no cargo defendido os interesses de Amarante, apesar de muitas vezes ter sido incompreendido. Continuou para dizer que "...esta situação é certamente excecional, mas deve usar da palavra sempre que for diretamente acusado e sempre que se sinta diretamente ofendido". Não estamos aqui para debater o passado, estamos aqui para saber quais são as vossas propostas em concreto e o que representam para futuro. Muitas das vezes o que é feito no passado condiciona o futuro. Por isso o PS também estará disponível para ouvir, pois pode nem sempre ter feito tudo bem, ou menos bem, o que não é o caso da saúde e do mapa judiciário, mas também não temos a presunção de tudo o que fizemos, termos feito bem, cem por cento perfeito, agora o que sabemos é que fizemos o que melhor sabíamos e podíamos, sempre na defesa dos interesses de Amarante e por isso cá continuaremos. Seremos oposição responsável, analisaremos as propostas tendo sempre em conta o futuro de Amarante.

Por último apelou para que o debate se pautasse por causas e princípios e não se entre no discurso fácil e ofensa pessoal.

Depois desta intervenção usou da palavra o senhor deputado **ANTONIO ARAÚJO**, dizendo que o fazia para ficar registado que na sua intervenção, na anterior Assembleia, se limitou a ler parte de um artigo do Público, que aliás o senhor Presidente da Assembleia, naquela Assembleia assumira a mesma coisa e não

contestara minimamente aquele artigo! Não vendo por isso onde foi ofendida a honra, nem entende a pertinência da observação.

Por fim usou da palavra, o senhor **PRESIDENTE DA CÂMARA**, para responder ao senhor deputado Moura e Silva, que em relação ao muro da Rampa Alta, a situação já tinha sido comunicada ao proprietário e que ele também já se tinha deslocado à Autarquia dando nota de que não dispunha de capacidade financeira para repor o muro nas condições devidas. Informou ainda que a Câmara já havia pedido uma avaliação de forma a poder assumir o custo e o tipo da correção a efetuar. Tendo para o efeito solicitado um estudo ao ISEP para ser apresentada a melhor proposta de solução do problema sem ter que ser desmontado o muro e repostado novamente.

Concluiu afirmando que o muro está referenciado como constituindo risco e por isso vai ser intervencionado para garantia de segurança naquele local.

Terminado este período da Assembleia Municipal, passou-se de imediato ao período destinado às intervenções do público, que previamente se inscreveu para esse efeito. Assim, usaram da palavra os senhores:

PAULO BARREIRA, que no uso da palavra disse que os amarantinos receberam com pasmo a decisão do Ministério da Educação de mandar encerrar as escolas do 1º ciclo de Gondar, Jazente e Padronelo, que afinal cumprem os critérios do próprio ministério para se manterem abertas. Os amarantinos estão mais uma vez na eminência de ver os seus direitos menosprezados pelas decisões de um governo centralista que não olha a meios para atingir os seus fins.

Surpreendidos ficamos também quando em 26 de Junho de 2014, numa entrevista o senhor Presidente da Câmara, se manifestava contra o dito encerramento. José Luís Gaspar, disse nessa altura ao jornal Tâmega e Sousa online que “iria tentar nesta fase que o ministério não encerrasse as escolas para ter tempo de pensar na melhor solução.” Mas anteriormente, não pensava assim e aliás tinha opinião bem diferente.

Em reunião de Câmara de 3 de março, como consta em ata disse o senhor Presidente: “atendendo que temos o Centro Escolar do Marão subaproveitado, os alunos de Jazente, S. Simão e Gondar, terão de ser colocados no referido Centro Escolar, uma vez que o mesmo está equipado com ótimas condições para os receber. Atendendo ainda às declarações que vieram a público no jornal Diário Económico de 26 de Julho de 2014, proferidas pelo senhor secretário de Estado da educação, João Casanova, onde este dizia que “o encerramento das escolas com mais de 21 alunos, ocorre por proposta das autarquias, sendo que já foi proposto o fecho de 68 escolas”. Mais adiante e no mesmo jornal diz ainda que “o processo foi conduzido e teve a colaboração das autarquias”.

Pergunta: O senhor Presidente da Câmara está de acordo ou não com o encerramento das escolas que referi?

O senhor Presidente da Câmara é homem do 3 de março ou do 26 de Junho?

O senhor Presidente da Câmara foi alguma vez contactado pela Tutela e pelo Ministério da Educação no propósito destes encerramentos?

E se sim, a fazer fé nas palavras da ata de 3 de março, suponho que deve ter dito ao Ministério da Educação que os alunos destas três escolas deviam ser deslocados para o Centro Escolar do Marão. Perante isto pergunto de novo: Podemos confiar em V. Exa.?

Terminou a intervenção, dizendo que numa recente reunião de Câmara o senhor Presidente informou que o projecto para o quartel da GNR em Vila Meã afinal não iria ser executado, decisão esta tomada já depois de o mesmo ter sido aprovado numa anterior reunião de Câmara. Que levou a Câmara a mudar tão rapidamente de opinião? Será que a Câmara sabe algo que nós não sabemos e não quer partilhar com os amarantinos? Será que todo o corpo da GNR de Vila Meã vai ser transferido para Amarante, depois de construído o novo Quartel?

JORGE PEREIRA DA SILVA, começou por dizer que a Ordem de Trabalhos das Assembleias Municipais devia ser divulgada pelos jornais locais, como o era no passado.

De seguida, dirigiu-se à Câmara para perguntar para quando uma alteração que permita que o Mercado possa funcionar todos os dias da semana, bem como as feiras retomarem o funcionamento no primeiro sábado e ao dia 17 de cada mês, a exemplo do que acontece em muitos municípios do país.

“A agricultura parece estar a recuperar e por isso é preciso que o mercado venha a funcionar de modo que os agricultores possam vender os seus produtos e ganhar algum dinheiro com isso e possam também contribuir para a revitalização do comércio local”.

Perguntou se a Câmara tinha alguma intenção de alterar o sentido do trânsito, para o sentido descendente, Santa Luzia, Arquinho, Rotunda do Queimado, pondo o trânsito a fluir em sentido circular como são exemplos as cidades de Lisboa e Porto, evitando situações problemáticas no que se refere por exemplo ao ambiente. Esta postura, contra a qual esteve desde sempre, tornou Amarante num autêntico labirinto que afasta as pessoas.

Perguntou para quando uma negociação séria para se poderem comprar os terrenos subjacentes à rotunda da Vinha, com vista a resolver os vários problemas com que a nossa cidade se confronta tais como: Dar uma nova imagem à entrada da cidade; Criar neste espaço um parque de estacionamento para autocarros e outros veículos; Projetar uma ligação às freguesias norte e da margem esquerda do Tâmega como Madalena, Lufrei, Vila Chã, Olo, Canadelo Fridão e Rebordelo com vista “a eliminar uma via que nos envergonha, porque estamos a ter acesso a essas freguesias num local inadmissível”.

Disse ainda que acerca de 15 anos o Vereador do urbanismo, “... e que neste momento ainda cá se encontra, fruto aqui talvez até de uma negociata, os terrenos foram adquiridos em parte pela Câmara quando deveriam ter sido todos, e tínhamos assim e desde essa altura o problema resolvido. Hoje enfrentamos a situação que enfrentamos”.

Nesta altura da intervenção do senhor Jorge, o senhor Presidente da Assembleia, interrompeu-o para lhe perguntar se ele era capaz de especificar quem era o Vereador e que negociata foi essa? Quando se acusa tem de especificar.

O senhor Jorge retomou a intervenção dizendo que o Vereador era na altura o Dr. Dinis Mesquita e os terrenos são aqueles que ainda hoje estão à volta da vinha e são em grande parte propriedade particular. Nessa altura, a Câmara devia ter adquirido todo o terreno envolvente e tinha resolvido um problema gravíssimo que Amarante enfrenta.

Neste momento o senhor Presidente da Assembleia perguntou-lhe se o terreno não tinha sido adquirido porque houve uma negociata com o Dr. Dinis Mesquita?

O senhor Jorge continuou a intervenção para perguntar à Câmara se se confirma a construção do novo quartel da GNR na antiga Adega Cooperativa e que a ser verdade será uma obra monstruosa, onde a Câmara apenas tem a obrigação de ajudar a encontrar um espaço num sítio estratégico. “Nesse local devia ser construído um pavilhão desportivo ou um multiusos”.

Neste momento o senhor Presidente da Assembleia cortou-lhe a palavra, já depois de o ter avisado que tinha ultrapassado o tempo. Mesmo assim, e já com o microfone desligado, continuou a intervir. O senhor Presidente da Assembleia chamou-o de novo à atenção, mandou-o abandonar o local e que se não fizesse chamaria a GNR. Suspendeu temporariamente os trabalhos, até que o senhor Jorge abandonasse a sala. Fê-lo e foram então retomados os trabalhos.

Usou de seguida a palavra o senhor **ANTÓNIO ADELINO**, que começou por dizer que: «senhor presidente não penso convencê-lo na questão dos livros mas tenho

esperança de demovê-lo dessa medida (atribuição gratuita dos manuais escolares a todos os alunos do 1º ciclo, independentemente da situação financeira da família); é oportuno que aqui se cite «o bom é inimigo do óptimo» a esta situação, de facto, dar os manuais aos alunos necessitados é bom ao passo que a todos (muitos não tendo necessidade), embora caia bem (sendo óptimo) não me parece a atitude acertada, porque não é justa; já agora se for em frente com tal medida, compreendo o alerta de alguém nesta assembleia para que também os que frequentam o ensino particular (porque também são cidadãos deste concelho) sejam também contemplados, já que «ou há moralidade ou, não havendo, comem todos»; com esta medida esgrimiram-se argumentos dos dois lados da barricada (os apoiantes e os contestatários) chegando ao ponto dum dos apoiantes dizer que a outra parte se devia congratular com tal medida, pois ela enquadra-se no valor que é querido à esquerda (igualdade), como que se invertem os papeis; esquece este senhor que igualdade (tratar igual aquilo que é igual e diferente o que é diferente) não é igualitarismo e muito menos iniquidade (tratar igual aquilo que é diferente) e que portanto se houve inversão de papeis ele foi protagonizado pelos opositores (a quem o senhor chama esquerda), já que comportaram-se duma forma responsável, na linha aliás da designada “ética da responsabilidade” de Raymond Aaron, personalidade que vos é querida (já agora lembro, por contraponto, Paul Sartre da área da esquerda e a sua “ética da convicção”).

Como sabem, embora concorde com o presidente Jefferson, pessoalmente quando participo nesta assembleia é-me indiferente estar ou não a comunicação social, pois na minha vida sigo aquele verso Pessoa «... põe tudo o que és no mínimo que fazes...» e portanto o facto dela não estar presente regista mas em nada afecta a minha intervenção, agora o que não posso deixar de registar é que alguns com certo espírito farisaico se congratularam por ela até hoje estar presente e com isto insinuando subtilmente que a sua ausência no mandato anterior era da responsabilidade deste, ora o executivo mudou, eles (comunicação) não estão cá, em que ficamos, de quem é a culpa?

Senhor presidente, esta medida é análoga à que o seu colega de Braga e a que o Dr. Meneses propunha caso ganha-se a autarquia (Porto) e o que eu pergunto é se isto resulta duma “directiva” «que vem lá de baixo» (do PSD nacional) e os senhores limitam-se a acatar?

Acabado o período da intervenção do público, o senhor deputado **MOURA E SILVA** fez uma interpelação à Mesa, dizendo que a intervenção do público nas reuniões da Assembleia Municipal é legítima, mas não da forma como hoje aconteceu.

A ideia de atribuir ao público espaço para poder intervir, é efectivamente um pilar importante da democracia participativa que os normativos devem salvaguardar. Os eleitos devem também salvaguardar o bom funcionamento da Assembleia, porque também dessa forma estamos a zelar pela democracia representativa.

É preciso fazer alguma coisa. A iniciativa deverá partir do senhor Presidente da Mesa, tendo em conta que algumas das afirmações feitas ficam registadas em ata. Se calhar faz sentido que os representantes dos grupos parlamentares revejam o regulamento para a funcionalidade da Assembleia.

Não se pretende coarctar a legitimidade da intervenção do público. Aliás isso não faria sentido. As intervenções poderão ter interesse geral, mas devem ser localizadas em assuntos que digam respeito ao município. A maioria das intervenções do público não são feitas com esse objectivo.

Faz sentido que se vão buscar alguns exemplos que se conhecem, até a Câmaras de maioria socialista e de esquerda, que tem normativos bem claros acerca de como público deve intervir. O público questiona o Presidente da Câmara e o Presidente da Câmara tem de ter resposta para dar. Previamente devia ser feito um requerimento que obrigatoriamente devia passar pela Mesa.



Na Câmara de Lisboa existe uma comissão parlamentar que confere se as perguntas são de facto merecedoras de respostas e consideradas para esse efeito no período de antes da ordem do dia.

Deve reavaliar-se o regimento e criar-se um normativo para que o público possa intervir em termos concretos e que a Câmara tenha condições de poder responder no momento em que são colocadas as questões, sem prejuízo de na hora as poderem também colocar. Este é um normativo que funciona bem em muitos municípios e certamente funcionará bem também no nosso.

ANTONIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que pelo regimento o público pode usar da palavra para solicitar esclarecimentos sobre assuntos do Município. O regimento diz que os pedidos de esclarecimento são feitos ao senhor Presidente da Assembleia que depois os deve encaminhar ao senhor Presidente da Câmara. Por outro lado os pedidos de esclarecimento devem ter alguma lógica e bom senso. Não podem ser juízos de valor, ou provocações, ou ofensas. “perguntar se podemos confiar no senhor Presidente da Câmara é uma ofensa”.

Disse também que foram os deputados municipais os eleitos para fazer política, situação aliás que justifica a realização de eleições. A democracia tem regras e a instituição Assembleia Municipal merece muito respeito.

Terminou a sua intervenção dizendo que se disponibilizava para colaborar com a Mesa na regularização do direito de intervenção do público, nos termos da lei.

OCTÁVIA CLEMENTE - PS

No uso da palavra, recordou que foi constituída em tempos uma comissão para a elaboração do Regimento com a colaboração de todas as bancadas e foi aprovado naquela Assembleia por unanimidade.

Disse a seguir que a forma como as questões foram levantadas não são do agrado de ninguém. A forma como o Regimento impõe a participação do público parece-nos suficiente. Compete à Mesa, solicitar aos intervenientes que se limitem a colocar as questões que entendam, retirando-lhes obviamente os juízos de valor e as desconsiderações para com este órgão e pessoas titulares dos cargos que aqui estão presentes, e nessa medida, fazer cumprir o Regimento e a lei. Nessa perspetiva, entendemos que nada há a acrescentar, o que existe é suficiente. “Exerça-se e cumpra-se aquilo que está na lei”.

Concluiu para dizer que quanto ao mais, se a Assembleia entender, como foi referido pelos oradores que a antecederam, que há necessidade de proceder a alterações ao Regimento, disse “...que pode ser feito algum ajuste que não limite a intervenção do público, que não limite quem quer que seja que só no próprio dia da Assembleia queira intervir ou tenha necessidade de pedir algum esclarecimento ao senhor Presidente da Câmara, que isso não seja impeditivo de o fazer. O que temos na nossa opinião, é suficiente. Há que fazer cumprir o regimento”.

O senhor **Presidente da Assembleia Municipal** referiu a seguir que em relação à interpelação do senhor deputado Moura e Silva que a Mesa não tomaria qualquer iniciativa de alteração ao Regulamento. Contudo, deixou claro que se os grupos parlamentares assim o entenderem, a Mesa estaria sempre disponível para receber as suas propostas. Concluiu dizendo que parecia tarefa impossível “...fazer aprovar-se qualquer norma que evite que alguém faça provocações ou permita apagar a provocação feita”.

PRESIDENTE DA CÂMARA – JOSÉ LUÍS GASPAR

No uso da palavra e no período de respostas às questões que anteriormente lhe foram formuladas, o senhor Presidente da Câmara, começou por dizer ao senhor Paulo Barreira que parte significativa da sua intervenção foi pouco clara. Contudo, do que

depreendeu, as questões/dúvidas que levantou estão praticamente todas esclarecidas em recente entrevista dada, desafiando o munícipe a consultá-la.

Relativamente, ao quartel da GNR de Vila Meã, disse-lhe que nunca houve compromisso nenhum, nem agora nem no passado. Porém, em visita recente àquele espaço, na companhia do senhor Comandante de Destacamento, tomou conhecimento das condições do Posto, e que assumiu o compromisso de "...logo que for possível será dada alguma dignidade àquele espaço. Quanto ao resto, o que senhor Paulo Barreira quer é criar ruído".

Disse de seguida ao senhor Jorge Pereira da Silva que gostava que o mercado funcionasse todos os dias. Não é uma tarefa fácil de concretizar, até pelo facto da mobilidade no edifício não ser fácil de resolver, uma vez que tem três plataformas. De qualquer das formas estão a trabalhar para requalificar o espaço.

Quanto à feira disse-lhe que tem dúvidas se é possível avançar, aproveitando inclusive para lançar um apelo para que todos em conjunto encontrem uma solução para pôr a feira a funcionar.

Quanto ao trânsito, disse-lhe que estão a rever a postura de trânsito. Vão avançar com o plano de urbanização, que começará em Vila Meã e só mais tarde será elaborado para Amarante. "A entrada na cidade deve ser pensada. Há neste momento duas soluções em estudo".

A alteração do trânsito na cidade, no sentido descendente não é fácil, uma vez que a requalificação do centro urbano foi pensado e executada para um sentido ascendente.

Relativamente ao quartel da GNR, a última decisão que foi tomada pela Assembleia Municipal, foi que ficasse na antiga Adega Cooperativa. Há um protocolo assinado com o Governo que vai nesse sentido. O projeto, o espaço e demolição seriam da responsabilidade Câmara e a obra seria executada pelo Ministério da Administração Interna. O caderno de encargos para demolição está pronto e apenas aguardam a programação funcional para se poder tratar do projeto de arquitetura. "Estamos à espera que alguém decida se o quartel terá ou não cavalaria, porque se assim for terá de ficar em projeto um espaço a isso destinado".

Respondeu de seguida ao senhor António Adelino, a quem disse que a atribuição de livros escolares não tem que ver com uma política social, apesar de estar implícita, mas tem que ver com aquilo que defendem em termos de família jovem, de tentar dar um estímulo e incentivo à família jovem. Não tem que ver com ser de esquerda ou direita, nem depende de qualquer orientação superior.

De seguida foi dada a palavra ao senhor **VEREADOR DINIS MESQUITA** que usando a figura de defesa da honra, começou por justificar a ausência momentânea da Assembleia para ir apresentar condolências à família do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, Professor Cândido Moreira, o que implicou não ter ouvido as referências que lhe tinham sido feitas por um munícipe que interveio no período reservado ao público. Dirigiu-se a seguir ao senhor Presidente da Assembleia e por forma a não interromper o normal decurso dos trabalhos, para lhe solicitar a competente gravação da reunião, para em próxima oportunidade poder responder, e se, eventualmente, não o fizer antes nos locais próprios.

Disse ainda que não confunde a atividade profissional com a atividade política. Acrescentou que a pessoa em causa, "certamente por mera coincidência", tem sido objeto de diversos processos nos quais está por norma do outro lado, e também por norma os processos não lhe têm corrido bem. E por isso, reconhece, fruto do Direito e da sua aplicação, mas também da justiça que emana do mesmo, possa criar certas perturbações, para não dizer "insolvências de raciocínio", já que na prática isso também se verifica.

Terminou dizendo que aguardava pela audição da gravação para na próxima oportunidade responder não só de facto, àquilo que ali foi dito, e que não ouviu e por isso não respondia de imediato.



17

PERIODO DA ORDEM DO DIA

PONTO Nº 1 – RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA CÂMARA E DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Relativamente a este assunto, inscreveram-se para usar da palavra os senhores:

LUIS VAN ZELLER – PSD

No uso da palavra, o senhor deputado começou por referir -se à finalização das obras de reabilitação da fachada da Igreja de S. Gonçalo. Ficou agradado com o que viu. Aquilo que vemos é um dos ex-libris da nossa cidade. Aquele conjunto com a ponte é uma imagem de marca de Amarante. Congratula-se pois com a finalização das obras até porque na parte que acompanhou e desde que este executivo tomou posse, e concretamente na pessoa do senhor Vice-Presidente Dr. Jorge Mendes, com ligação direta com a responsável do IGESPAR pela coordenação das obras, fez um acompanhamento fundamental para que a obra fosse feita como devia, levando ainda, e muito bem, um sistema anti pombas que pelos vistos até funciona bem.

O segundo aspeto diz respeito à transmissão pela TVI do programa filmado em Amarante por altura das festas do Junho. Nessa altura não estava em Amarante, mas vai dar a visão de alguém que sendo de Amarante e porque nesse dia estava fora de Amarante, teve a oportunidade de ver a TVI em Valência em direto, com um enquadramento fantástico quer de paisagem, quer de público presente. O programa atingiu um score extraordinário, o que quer dizer que aquilo que se investiu em termos de custos e outros apoios a essa transmissão se justificou plenamente porque Amarante foi vista por milhões de pessoas.

HUGO CARVALHO – PS

No uso da palavra, começou por solicitar uma explicação relativamente à variação de 146% que se lê na linha da receita corrente/transferências de capital tendo em conta os valores do ano anterior.

A segunda questão tem a ver com o relatório de atividades e já com algumas das intervenções que hoje se ouviram, nomeadamente o facto do senhor Presidente da Câmara ter dito que não houve seriedade nas questões da saúde para Amarante. Não questiona a forma como essa intervenção foi feita, porque não aprecia, mas quanto ao seu conteúdo fica provado que não foi o mais correto. Daí, solicitar ao senhor Presidente da Câmara que o esclareça, tendo em conta que já tinha sido alertado pelos Vereadores do PS, se fez alguma diligência para se apoderar do conteúdo da saúde para Amarante, uma vez que no relatório nada consta. Será que não consta por ter havido alguma omissão?

HELENA PORTELA – PSD

No uso da palavra relativamente à ação social e ao funcionamento das cantinas escolares em tempo de férias, disse que há em Amarante muitas fragilidades sociais. O facto de algumas cantinas já funcionarem desde o dia 16 de Junho, permite que 168 crianças possam ter refeições condignas durante um período em que não há aulas. Devemos todos congratularmo-nos com esta medida.

RITA BATISTA – PSD

No uso da palavra, a senhora deputada fez a intervenção que a seguir se transcreve na íntegra:

Nenhum dia é festivo por ter já nascido assim: seria igualzinho aos outros se não fôssemos nós a «fazê-lo» diferente."



Cadernos de Lanzarote (1995) José Saramago

As festas do Junho, multidões, jantares, bombos, ranchos folclóricos, procissão, cravos e a música, são um marco na vida dos amarantinos.

Canas apanhadas, devo realçar a forma com as festas decorreram, num programa que aliou tradição e cultura popular, recuperou o Concurso de Gado de Raças Autóctones (Parque de Leilões de gado de Madriane), e o Desfile das Marchas Populares.

O que nos diferencia é nosso património material e imaterial, as nossas tradições, e a ruralidade de vários pontos do concelho, por isso é essencial recuperar tradições e promover a partilha e o bairrismo das freguesias.

Ainda que exista a necessidade de o local onde as marchas se exibem seja adaptado, foi um grande espectáculo! Um espectáculo agregador, que com melodias e letras de uma riqueza enorme e com indumentárias e coreografias que nos ficarão gravados na retina.

Quase tão importante como fazer é comunicar, mostrar, “vender” as nossas festas aos turistas, para que nos visitem, aqui comam, durmam e deixem ficar dinheiro no comércio local.

Por isso, e pela visibilidade que deu às festas e à cidade, realço a realização do programa “Somos Portugal”, em direto a partir da Alameda Teixeira de Pascoaes durante a tarde de domingo. Mais de um milhão e setecentas mil pessoas viram o programa, descobriram o nosso património, os nossos doces, artesanato e as nossas festas. Se o município tivesse pago os 50 mil euros apregoados implicava um custo de menos de 3 cêntimos por cada pessoa que viu o programa. Ainda assim, foi muito menos! Os custos suportados pelo Município, relativos a apoio logístico, alimentação e alojamento, no montante de 10 215 euros e foram todos efectuados na economia local - foi dinheiro que não saiu de Amarante.

Acresceu apenas o custo com o aluguer e instalação da cobertura do palco no valor total de 4 920 euros, que, teve de ser assumido pela CMA em caso de risco de chuva. Uma tarde inteira de projecção televisiva custou tanto ou menos que qualquer espectáculo musical numa noite de verão.

Tanto mais haveria a acrescentar ao programa e com certeza aperfeiçoar, mas depois deixava de ser as “nossas festas do Junho”.

Para o ano, encontramo-nos no Junho!

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra disse que não percebe que o PSD queira justificar uma questão que o PS nem colocou relativamente aos custos da transmissão da TVI. Compreende isso sim que a Câmara queira dar realce às festas do Junho. Mas, independentemente disso, o PS tem opinião. No tempo do Executivo PS também cá tivemos a RTP. Amarante durante as festas do Junho, e mesmo sem ter a TVI, tem muita gente a visitar-nos. O que se equaciona é se a vinda da TVI não poderia ter sido agendada para uma outra altura?

O bom tempo que se fazia sentir, era já um bom indicador para as festas terem muita gente. É agradável ver as marchas de novo no Programa das Festas.

Continuou a intervenção dizendo que registam com agrado o fim das obras na Igreja de S. Gonçalo e a inauguração da nova ETAR.

Relativamente à informação financeira da Câmara, gostava de ver esclarecido a matéria que tem a ver com os acordos de execução com as Juntas de Freguesia. O que ficou acordado é que estavam a aprovar em minuta os protocolos dos acordos de execução. Posteriormente iriam ser pormenorizadas as competências que iriam ser transferidas para as Juntas. Tanto quanto se sabe os acordos que foram assinados correspondem às minutas. A partir do momento em que estejam vinculadas a estes acordos e não havendo esta especificação poder-se-ão colocar algumas dúvidas. Por



isso pergunta: pretende ainda fazer os ajustes? Qual a ideia ou proposta da Câmara relativamente a essa questão?

Terminou a intervenção alertando para o fecho das escolas de Gondar, Padronelo e Jazente e Travanca, sendo que nesta última até se compreende uma vez que está concluído o novo Centro Escolar. Todas as outras têm mais do que 21 alunos, logo não estão dentro dos critérios apontados pelo Ministério da Educação. Alertou ainda que tinha sérias dúvidas relativamente ao atacarem-se essas decisões no campo judicial.

Que iniciativas e que novidades tem acerca deste ponto, para descansar as populações destas freguesias?

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra, disse que as imagens iniciais que passaram na TVI foram vistas por 1.7000.000 pessoas. Isso não tem preço e todo o apoio que a Câmara possa ter dado à realização da TVI teve retorno imediato na economia local.

Relativamente às escolas, disse que a Câmara não encerra escolas. A posição do Executivo foi sempre contra a decisão do governo. Aliás, o programa já existe desde 2002/2003, tendo desde essa data até agora encerrado 52 escolas algumas com mais de 21 alunos. Nessa altura veio a Dra. Octávia ou mais alguém do PS falar do assunto? Só desde 2009 já foram encerrados 11 Jardins-de-infância. Foram gastos milhões a construir os Centros escolares. Não foi revista a Carta Escolar oportunamente. Há efectivamente a baixa de natalidade e muito recentemente a emigração. Quando em 2012/2013 se deram os primeiros passos para evitar o encerramento da escola de Vila Chã, ajudou nessa altura a Junta de Freguesia, a pedido do Presidente, a instaurar uma providência cautelar. Também está disponível para ajudar Gondar e Padronelo. Estamos a construir o Centro Escolar de Travanca que já tem salas a mais. É contra por um lado por causa da desertificação. Por outro lado a decisão não é fácil. Há a via Judicial para onde podem recorrer. Está pronto a ajudar. Ao longo do tempo em que se deu o encerramento das 52 escolas nas diferentes freguesias do concelho, não lhe parece que ninguém do PS tenha feito algo para o evitar. Nunca ouviu ninguém questionar porque é que encerrava ou deixava de encerrar ou se a Câmara estava contra ou a favor. Tem de haver alguma coerência nestes assuntos que são sérios e que deviam ser debatidos em conjunto e que perante todos estes constrangimentos que falou. Para as Juntas é muito preocupante fecharem escolas. É um prenúncio para as juntas terem mais problemas no futuro. Se calhar podemos compensar com mais desenvolvimento. Não devemos estar a fazer política com isto e todos juntos vamos tentar encontrar a melhor solução.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que não questionou o custo da transmissão do programa da TVI. O que disse é que podiam ter a mesma projecção num outro dia que não nas festas do Junho e que se calhar era isso que podia ter sido equacionado. Não fez nenhuma crítica. Quanto às escolas, o PS apenas veio pedir explicações ao senhor Presidente da Câmara, porque parece que as escolas que estão previstas encerrar o são com o parecer favorável das Câmaras Municipais. Como até sabe que o senhor Presidente da Câmara é contra, pediu-lhe apenas que esclarecesse. O Dr. Araújo misturou tudo. Referiu o encerramento das escolas no passado, mas pelos vistos vão fechar mais, porque está previsto na carta escolar que está aprovada. As que fecharam no passado, foram-no porque se construíram os centros escolares, ou porque não cumpriam o critério que o governo tinha definido. As escolas de que agora se fala estão muito acima desses critérios. Então o PSD está ou não contra o encerramento. A referência que consta para o Marão não é a que consta da Carta Educativa.



AMÉRICO PAULO – PS

No uso da palavra, o senhor deputado fez a intervenção que a seguir se transcreve:

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram contra a proposta apresentada pelo Sr. Presidente da Câmara, em reunião de executivo, no passado dia 16 de junho, que visava a celebração de quatro “Contratos de Avença”, pelo prazo de um ano, com vista à prestação de serviços por entidades externas em diversas áreas.

A referida proposta foi aprovada com os votos contra do PS e votos a favor dos vereadores da coligação por Vossa Exa. liderada e do vereador do movimento independente “Amarante Somos Todos”, constituindo assim uma despesa anual para o Município de Amarante superior a € 110.000,00.

A proposta em discussão evidenciou-se como incoerente e até contraditória com a atual crise económica e social que o país atravessa e Amarante não é exceção. Com efeito é até contraditória com os princípios que estão subjacentes às recentes alterações ao nível legislativo, emanadas do poder central, relativas ao poder autárquico, na contenção da despesa corrente, sendo exemplo a redução de chefias que foi aprovada por este órgão.

Face a estas dúvidas... questiono-o então

Senhor Presidente não considera que temos excelentes profissionais nos quadros da autarquia que poderiam fazer o trabalho proposto nessas avenças, de resto conhecendo até melhor a realidade do município?

Face às dificuldades e aos constrangimentos e à diminuição de receitas se se justifica plenamente as contratações em causa?

Por outro lado, se não deveria esperar pela conclusão dos concursos definidos pela “macro-estrutura” para chefias?”

ANTÓNIO ARAÚJO – PSD

No uso da palavra disse que o orador anterior veio pedir um esclarecimento, mas de uma maneira mais soft. O PS apresentou um comunicado sobre essa matéria, que é mais uma coisa a resvalar para a política baixa em que falaram “denunciar publicamente as incongruências e errática política da gestão financeira por causa dos contratos de avença pelo prazo de um ano, com uma despesa anual para o município de 110.000 euros. O PS de Amarante estará sempre contra esta política despesista e ruinosa para o erário público, que a curto prazo comprometerá o equilíbrio das contas municipais”. Estas afirmações são ridículas e só se justifica porque têm de dizer alguma coisa. O que parece é que não estão a saber perder e não conseguem estar longe do poder. Estão preocupados porque estão a ver Amarante a andar para a frente e por verem uma nova alma nesta terra. Estão preocupados também porque estão a ver que há uma visão mais ampla. Tenham calma.

Então este Executivo está na Câmara há 8 meses e já tem uma política despesista e ruinosa? Só têm o direito de julgar se este investimento não trouxe retorno.

Então não se preocuparam com aquele estudo feito para a requalificação urbana, que custou 86.400 euros e que foi para o lixo. Então isso não uma política despesista? E também podiam ter falado na avença que pagavam a um técnico das termas há muitos anos. Então isso que política é? E também podiam ter falado nos aspetos positivos, porque em pouco tempo que este Executivo tem de Câmara, já conseguiu baixar os valores das avenças. Mas não. Só falam pela negativa.

Também podiam ter falado na recente condenação da Câmara para pagar 280.000 euros relacionados com a cobrança de taxas que remonta a 1999. Vai este executivo pagar esta despesa. Afinal podiam ter feito um comunicado sobre isto, mas isso não lhes interessa.

Nesta altura da intervenção o senhor Presidente da Assembleia cortou-lhe a palavra, uma vez que já tinha ultrapassado em um minuto o tempo de que dispunha.

OCTÁVIA CLEMENTE – PS

No uso da palavra, disse que o estudo da requalificação urbana mandado elaborar pelo anterior Executivo e que custou 86,400 euros afinal não vai ser posto em prática,. Afinal em vez de o melhorarem, mandaram executar outro à mesma empresa. Na altura em que foi elaborado, o Presidente da Câmara até o achou interessante.

Referindo-se ainda às avenças que eram pagas, perguntou ao Dr. Araújo que especifique a que funcionários eram pagas e quais os seus valores.

Quanto à indemnização a pagar, disse-lhe ainda que a Câmara lutou até onde pôde para não pagar. Agora, não pode ir é contra as decisões judiciais.

FERNANDO MIGUEL SOUSA CARDOSO – AMARANTE SOMOS TODOS

O Senhor deputado, fez a intervenção que seguir se transcreve na íntegra:

“O Movimento Independentes Amarante Somos Todos é, e será sempre, bastante claro quanto aos seus princípios e alinhamentos no que diz respeito ao desenvolvimento dos interesses de Amarante.

É para nós claro que nem os eleitos são necessariamente especialistas e conhecedores de todas as áreas, nem a estrutura de pessoal tem capacidade e competências múltiplas para dar resposta a todas as solicitações. E mesmo que isso fosse verdade, o que não concedemos, sempre admitimos como razoável e natural que os eleitos possam recorrer a entidades externas para os apoiar na definição das linhas estratégicas e operacionais para o desenvolvimento de Amarante.

Assim sendo, desde que seja suficientemente claro, discriminado e justificado o objecto da contratação, exista um prazo adequado, e um preço que, simultaneamente, seja em linha com os praticados no mercado e que seja justificável dentro das finanças do Município, entendemos como possível de merecer o nosso apoio.

Só podendo contar com a colaboração dos melhores técnicos poderemos almejar o melhor desenvolvimento para o nosso concelho. E Amarante bem precisa.

Foi por estas razões que apoiamos a proposta apresentada, conforme consta da ata da referida reunião aliás traduzida na declaração de voto do nosso Vereador, Dr Pedro Barros, e que passamos a ler: “O Movimento Independente “Amarante Somos Todos” assumiu desde a primeira hora a possibilidade do Executivo recorrer à contratação de serviços externos nas áreas que entende mais adequadas, desde que exista uma razoabilidade entre o objeto da contratação e o seu custo. A proposta apresentada para deliberação tem algumas lacunas no que se refere ao prazo e aos montantes das avenças, sendo que do ponto de vista processual se justificaria a autonomização de cada uma delas. Durante a discussão foram prestados esclarecimentos relativamente às entidades contactáveis e disponíveis para contratar estas avenças, nomeadamente, Dr. Marques da Silva, Professor Rio Fernandes, Dra. Julieta Oliveira, Dr. Mota e Costa, sendo também anunciados os montantes das avenças. Face ao perfil dos técnicos anunciados e à caracterização da proposta de serviços, é nosso entendimento, que a relação entre o objeto e o custo, será amplamente favorável para o Município, pelo que votamos favoravelmente a proposta. Quando assim for, votaremos a favor, quando assim não for votaremos contra.”

MOURA E SILVA – CDS/PP

No uso da palavra, o senhor deputado começou por dizer ter ficado surpreendido, pelo facto de neste período da Assembleia se ter discutido a aquisição de serviços externos por contrato de avença. Admitiu até que este assunto tivesse ido discutido no período da antes da ordem do dia. Ouviu atentamente as várias intervenções e ficou-lhe desde logo uma dúvida. Gostaria, por isso, que o executivo informasse a assembleia, quais os custos que a Câmara teve no passado com os técnicos externos que contratou e quais os custos que prevê vir a ter durante o

exercício de 2014.. Seria conveniente obter essa explicação para podermos dar como válidas ou não, algumas das afirmações que aqui hoje foram feitas.

Gostava pois de requerer um mapa onde pudesse comparar os gastos em 2013 com os de 2014. É preciso também saber se se justifica a contratação dos técnicos.

Parece que sim, porque tanto quanto sabe, a Câmara não tem técnicos qualificados em algumas das áreas que satisfaçam as exigências do senhor Presidente da Câmara, relativamente a alguns dos pressupostos apontados no início do mandato, como seja a elaboração de projetos, de documentos e dos respetivos relatórios para depois poder agir. Presume que os serviços agora a contratar se enquadrem no âmbito destas exigências. Se de facto se questionar a capacidade dos técnicos, deve então pôr-se em causa as deliberações ainda que sem questionar o poder legítimo do órgão Executivo.

JOSÉ LUIS GASPAR – PRESIDENTE DA CÂMARA

No uso da palavra, começou por dizer ao senhor deputado Hugo Carvalho , que a variação no valor das receitas de capital se deve em parte ao facto do valor recebido das empresa Águas do Noroeste que nesta tranche entregou um valor a rondar os 5.000.000 euros. À medida que são apresentadas as despesas, vão sendo ressarcidos.

Disse ainda que relativamente ao hospital vai estar atento. Tem sido persistente e tudo fará para empenhadamente defender o nosso hospital. Vai falando com as pessoas certas.

Continuou a intervenção para referir que o programa transmitido pela TVI durante as festas do Junho, e onde se diz por aí que custou à Câmara 50.000 euros, perguntava a quem o questionava se era caro ou barato? Não lhe sabiam responder, porque no meio de tudo isto há pessoas mal intencionadas. Muitas dessas pessoas tentam deturpar e desvalorizar aquilo que se faz. Tentaram criar um facto negativo relativamente às festas do Junho. O custo para a Câmara, foi de 15.000 euros, dos quais 5.000 foram para pagar o aluguer de uma cobertura por causa da ameaça de chuva. Se assim não fosse, o investimento seria de apenas 10.000 euros que ficaram na economia local. A TVI ficou muito agradada com o que viu e com a receptividade que teve. O que foi dado a conhecer às pessoas é muito maior que o investimento feito. As pessoas tem que conhecer a cidade e perceber o impacto que ela tem.

Relativamente aos acordos de execução, disse que só muito recentemente os serviços técnicos lhe fizeram chegar dados relativos às freguesias, nomeadamente no que diz respeito aos caminhos que temos no município. Estamos a criar uma ferramenta para monitorizar tudo. Juntamente com os senhores Presidentes de Junta, vai trabalhar todos os problemas das freguesias em igualdade de circunstâncias, de modo a não prejudicar nenhuma. Não é um trabalho fácil, e tanto não é porque nunca foi feito.

Quanto aos contratos de avença, disse que o senhor deputado Miguel Cardoso, referiu na sua intervenção é aquilo que importa dizer. Há lacunas estruturantes em determinadas áreas. É pena que antes não tenham dado conta disso. Vai dar formação interna aos funcionários, porque hoje em dia é muito necessária. É preciso ter cuidado com o que se diz quando se fala em gestão danosa. Há quem queira criar um facto politico acerca disto. Temos poucos técnicos e estranha que a senhora deputada enquanto esteve no Executivo não se tenha apercebido disso. Há efectivamente lacunas estruturantes em determinadas áreas e não tem quem dê respostas adequadas. As contratações não vão ficar por aqui, porque há muitas áreas que gostaria de ver desenvolvidas para Amarante e não tem que lhe dê as respostas.

Disse ainda para ela não se preocupar com a despesa. Tem procurado poupar dinheiro e por isso tem tomado medidas para a redução da despesa, redução essa que ultrapassa em muito aquilo que vai ser investido nas avenças. Uma delas tem a ver com o IVA, onde vai ter uma recuperação de 300.000 euros. As pessoas avençadas, são pessoas de reputadíssima competência. O professor Rio Fernandes vai ajudar a

olhar para o território amarantino, porque Amarante vai muito para além do centro. Vai ajudar ainda a trabalhar o território do Baixo Tâmega, do Douro Sul e da CIM. Os senhores deputados deviam saber que estamos no momento crucial de negociar o Quadro Comunitário de Apoio. Temos de ter a capacidade de apresentar propostas que sejam transversais ao território. Temos de ter alguém que ajude. Fazer juízos de valor se é boa ou má prática deve ser feita só no fim. Não devem fazer passar a ideia que o Presidente está contra os técnicos da Câmara. Não se trata disso, até porque são bons técnicos. O retorno que essas avenças vão trazer é muito superiores àquilo que a Câmara lhes vai dar.

A sugestão que o senhor deputado Moura e Silva deu parece-lhe boa, porque é preciso perceber o que é que é a título pessoal e aquilo que é empresarial. Dará a conhecer à Assembleia quando por trás de um técnico estiver uma empresa. Não quer deixar dúvidas nem esconder nada.

Terminou a intervenção referindo-se ao encerramento das escolas, dizendo que não é a Câmara que encerra as escolas, mas sim a DGEST. Neste momento, a Escola do Marão tem 3 salas vazias. Faz algum sentido que venham a ser ocupadas. A escola tem condições que as escolas das freguesias não oferecem, mas temos de decidir em conjunto qual a melhor solução par este problema. Fará ou não mais sentido que, por exemplo, os alunos de Padronelo vão para a Escola do Marão em vez de virem para a EB2/3 de Amarante? Temos também de ver o que vai acontecer na Lomba, Cepelos e Salvador, bem como na área de Vila Meã. Quanto aos jardins de infância entende que devem ficar nas freguesias. Terminou, dizendo que numa recente reunião na DGEST pediu mais um ano para se poder decidir e encontrar a melhor solução para as crianças.

Dado o adiantado da hora e porque neste dia também se realizava o funeral do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Padronelo, onde muitos deputados faziam intenção de estar presentes, o senhor Presidente da Assembleia, pôs à consideração do plenário se deviam ser reiniciados os trabalhos por volta das 18.30 horas, uma vez que a discussão da agenda de trabalhos ainda não estava concluída, ou então se queriam marcar outra reunião para o dia 30 de Junho, segunda feira, para se poder concluir a sessão. O plenário decidiu por unanimidade pela realização de uma segunda reunião no dia 30 de Junho pelas 21 horas.

Da presente reunião foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo senhor Presidente e pelos seus Secretários.

O PRESIDENTE

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO